

- II -**AS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, POLÍTICA
EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO DOCENTE NA
COMPREENSÃO DE UMA PROFESSORA DA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Adriana Cilene Alves de Oliveira²
PPGEDU/UNEMAT-BRASIL
dricaford@bol.com.br

Este trabalho nasce das leituras indicadas no Plano de curso da disciplina “Políticas Educacionais, Estado e Sociedade”³ e dos debates frutíferos estabelecidos no espaço da pós-graduação. A discussão, objetiva balizar as relações entre Escola, Política Educacional, Formação de Professores, de modo a compreendermos a sintonia e ligação entre os conceitos, uma vez que a incompreensão nos tem privado de conhecer efetivamente o que chega no chão da escola, como chega e porque chega.

“No que tange à noção de Educação, entendemos que seu significado corresponde a todo processo intencional de formação dos indivíduos (ou grupos).” (SANTOS, 2012, p.3), nesse sentido a formação dos sujeitos tem uma finalidade que é atravessada por disputas, jogos de interesse e relação de força, que de certa forma impede a efetivação de uma educação de qualidade. Conhecer o funcionamento da política e economia, enquanto determinantes da organização social, é condição indispensável para entendermos que a definição da política educacional no que tange a formação docente, programas, currículos, avaliação, entre outros aspectos, responde as transformações ocorridas no mundo do trabalho, assim como as exigências do sistema capitalista que corriqueiramente orienta como deve ser organizada a educação em países como o nosso.

As implicações e as transformações ocasionadas pela política educacional modificam consideravelmente os espaços escolares e a atuação dos professores. As mudanças fazem

² Orientadora Jaqueline Pasuch, PPGEDU/UNEMAT-BRASIL. E-mail: jaqueline.pasuch@gmail.com

³ Disciplina do Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, ministrada pela Professora Dr^a. Marilda de Oliveira Costa e Professor Dr. Leonardo Almeida da Silva.

com que os professores tenham sempre que está recomeçando o fazer docente, pelo que apresenta Vieira (2012, p.29), “Estes se veem diante de um acúmulo de papéis, funções e responsabilidades impostos por um processo de reforma sobre o qual não foram consultados e que, ao que tudo indica, não sabem para onde caminha [...], interessante que as modificações, via de regra, são para a educação básica, os professores executam as ações de programas, que especialistas organizam para solucionar problemas da escola.

Vemos como um processo contraditório, confuso e ao mesmo tempo complexo, uma vez que a experiência acumulada na docência, chão da escola, não pode ser desconsiderada no ato de decisões que determinam o curso da política educacional. No Estado democrático de direito, onde a pressão internacional, sem maiores resistências políticas, dá o tom de como direcionar a educação no país, não pode internamente dividir forças, mas buscar formas de superação das problemáticas históricas.

Políticas de formação de professores no Brasil se caracterizam por processos descontínuos, a cada governo aparece uma proposta, a anterior jaz nos arquivos e surge aquela que promete resolver o problema da educação, o que é um engodo, uma vez que as propostas não vão atingir o cerne do problema, mas vem em pequenas doses que aliviam momentaneamente, mas não solucionam em definitivo.

Segundo Borges (2013, p.56), “[...] a melhoria do processo de formação de professores precisa de muito mais do que leis e decretos. É um grande desafio que exige muito investimento, tempo, colaboração de todos, mudança de mentalidades comprometimento de toda a sociedade”. Assim entramos no mérito de que leis e decretos por si só não produzem o efeito esperado, o mais intrigante é que nem as pessoas interessadas tem a percepção do que está subentendido nas entrelinhas desses documentos. São anos e anos de interrupções das políticas de governo, ou seja, a cada novo governante é apresentada uma nova proposta, com isso aquisição de outros materiais, descarte do já utilizado e um gasto desnecessário, políticas de Estado que assumam o problema precisam ser efetivadas no país.

De acordo com Torres (1995) “[...] o estado, como pacto de dominação e como sistema administrativo autorregulado, exerce um papel central como mediador no contexto da crise do capitalismo, especialmente nas contradições entre acumulação e legitimação” (p.111), tais questões se relacionam diretamente com o que decidem para a educação, limites e possibilidades no contexto de um capitalismo que avança e tem total controle sobre a organização da educação.

Dessa forma, temos uma variedade de conceitos que fora do contexto, vistos desagregados do conjunto não nos dizem o que está por trás do jogo chamado capitalismo que tem no estado neoliberal a passagem para efetivação das suas políticas que objetivam a acumulação, o lucro e um estado de desequilíbrio que separa cada vez mais os poucos providos do grande número de desprovidos e deserdados do mundo. E tudo isso está intimamente relacionado a educação, a formação e no que é pensado e efetivado para este campo.

CONCLUSÕES

Diferentemente do que pensam os financiadores internacionais, o que precisamos são de professores ricamente formados do ponto de vista do acesso a espaços de formação que realmente discutam, debatam, problematizem a educação e suas ramificações seja da prática, da aprendizagem, da gestão, da participação e organização, dessa forma temos possibilidades reais de galgar outras perspectivas. A formação de qualidade seguida de boas condições de trabalho, valorização profissional, planos de carreira atrativos, participação das famílias na escola, é o que idealizamos e queremos para um futuro próximo. Se será ou não, não sabemos, mas é o que queremos e batalharemos para conseguir. Borges é enfática ao dizer, [...] Quando todos têm escola de qualidade, na qual se aprende a ler, escrever, pensar e refletir sobre a realidade vivida, não há dirigidos e dirigentes, mas sim oprimidos emancipados, seres conscientes, críticos e interventores na realidade em que vivem. (2013, p.69)

Conciliar tais necessidades, urgências, atender a população com a oferta de serviços de qualidade, investir na formação de professores, entre outras questões que exigem investimentos, infelizmente é se contrapor aos interesses do grande capital, equilibrar já é complexo, principalmente quando alguns dos governos democráticos pesam a balança para um único lado. Peroni(2003) traz a dura realidade quando afirma que o “Estado é mínimo para a pauta social, é máximo para atender o mercado e sua geração de lucro”. Quando o capital é ameaçado, quando as políticas sociais são prioridades para a democracia, quando as maiorias são amparadas, o sistema, o mercado já arruma uma forma de coibir e interferir nesses países, impondo regras absurdas, regras que descaracterizam o que há de humanidade entre o que impõe e o que é atingido.

Para este contexto a mitologia grega é fantástica, ao mesmo tempo que traz o castigo de Sísifo⁴, traz a Fênix⁵, com essas personagens mitológicas ilustramos o texto, com intuito de estabelecer um ponto de equilíbrio entre os desafios e possibilidades que temos a enfrentar nesse contexto neoliberal. Ser condenado eternamente a carregar uma pedra nos ombros, ininterruptamente, é como se fôssemos obrigados a suportar o capitalismo e todas as suas formas de violência, no silêncio, apatia, submissão, porém diante deste suplício temos capacidade de renascer, transformar-nos assim como a Fênix.

Não temos como separar capitalismo, neoliberalismo, estado, política educacional, formação de professores, o entendimento desse conjunto é indispensável para que tenhamos condições de atuar como pesquisadores, profissionais, cidadãos que realmente sejam participantes ativos das questões da sociedade. A escola, a educação básica, são espaços profícuos para o debate, mudar o contexto é responsabilidade de todos, professores precisam ocupar a universidade pública. A universidade é o local em que o conhecimento é problematizado, as teorias são propagadas num processo responsável que tem no cerne o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão como ponto de partida e chegada para produção do conhecimento, conseqüentemente formação intelectual e humana provocando cada um a assumir o papel ativo nesta sociedade cada vez mais desigual.

REFERÊNCIAS

BORGES, M.C. **Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos**. 1.ed.São Paulo: Paulus, 2013.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SANTOS, Pablo Silva M.B. dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TORRES, Carlos Alberto. **Estado, Privatização e Política Educacional- Elementos para uma Crítica do Neoliberalismo**. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação*. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

⁴ Um personagem da mitologia grega que foi condenado a repetir eternamente a tarefa de empurrar uma pedra até o topo de uma montanha, sendo que, toda vez que estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida por meio de uma força irresistível, invalidando completamente o duro esforço despendido.

⁵ É um pássaro da mitologia grega que, quando morria, entrava em auto-combustão e, passado algum tempo, ressurgia das próprias cinzas.

VIEIRA, S.L. **Políticas de formação em cenários de reforma.** In: VEIGA, I.P.A e AMARAL, A.L.(Orgs.) Formação de professores: políticas e debates. 5ª.ed. Campinas. SP: Papirus, 2012.